

Brasília e credores querem acordo antes da Constituição

Divida Externa *CLIPPING 194* **O GLOBO**

BRASÍLIA — O Governo brasileiro e os bancos credores internacionais negociam o acordo da dívida externa do País atentos ao cronograma de trabalho da Assembleia Nacional Constituinte. Nenhum dos dois lados quer ser surpreendido pela conclusão da nova Carta ainda na mesa de negociações, para evitar que o primeiro acordo formal com os credores na Nova República tenha que ser submetido à apreciação do Congresso Nacional, como determina o texto constitucional em votação.

A perspectiva, nesse caso, numa avaliação convergente entre bancos e Governo, é de que o acordo acertado na instância do Executivo seria bombardeado pelos grupos políticos de oposição, com uma tramitação demorada e conflitante.

Não seria possível, ainda de acordo com essa avaliação, prever o prazo em que o acordo da dívida entraria efetivamente em vigor, comprometendo o cronograma de desembolso de recursos e de retomada dos pagamentos de juros às instituições privadas. Estaria adiado, em suma, acrescentam as fontes consultadas no Governo, o processo de normalização das relações entre o Brasil e a comunidade financeira internacional.

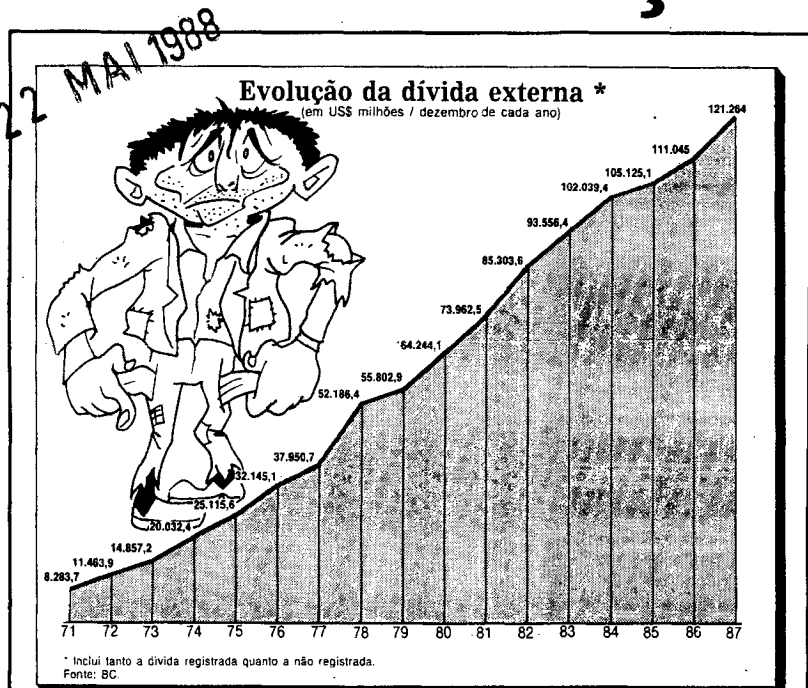
Nos cálculos de Brasília, para que a exigência do crivo do Congresso Nacional, em relação ao acordo da dívida externa, não se materialize, a fase de negociações com o comitê credor não pode se prolongar por muito mais tempo. O termo do contrato com os bancos teria que estar devidamente assinado e formalizado, no máximo, até o penúltimo trimestre deste ano, antes que a nova Constituição esteja realmente em vigor.

Esse calendário político torna também exíguo o prazo de que dispõe o Governo para concluir as negociações de um programa econômico com o Fundo Monetário Internacional (FMI), uma pré-condição da qual não se afastam os credores privados para encerrar o seu próprio processo de negociação com o País. A margem de manobra política com que conta o Governo para barganhar os termos do acordo da dívida externa é uma questão que foi colocada na mesa de negociações em Nova York desde o início desses contatos.

Os bancos sabem, por exemplo, que o limite do lado brasileiro para oficializar a vinculação entre o acordo da área privada e o do FMI não comporta a cláusula de suspensão automática dos desembolsos de recursos das duas fontes de financiamento. Trata-se, também nesse caso, de um limite estabelecido com uma visão nitidamente política.

O desafio a superar na próxima rodada de negociações, que se inicia nessa semana, é justamente o de encontrar uma fórmula justificável politicamente à opinião pública interna, a tempo de evitar a necessidade de exame pelo Congresso dos termos do acordo.

É verdade, entretanto, como alertam as fontes oficiais, que os bancos credores não trabalham hoje com um regime de urgência na solução do contencioso da dívida externa brasileira, fortalecidos como estão pelas provisões e reservas estabelecidas como garantia aos créditos do País. Reservas que são capazes de lhes dar maior fôlego para enfrentar o risco da demora ou do impasse nas negociações com o Brasil. A pressa, nesse contexto, é muito mais das autoridades brasileiras.



Total da dívida cresceu 3,3% durante moratória

Em 1987, durante o período da moratória, a dívida externa brasileira cresceu mais do que nos últimos três anos. De dezembro de 1985 para o mesmo mês de 1986, os débitos aumentaram em 5,7%. Em dezembro de 1987, eles pularam para 9%. Isto, sem que o Brasil tenha contraído qualquer empréstimo e, o pior, não tenha pago os juros desde fevereiro do ano passado.

Como 70% da dívida externa brasileira foram contraídos pela

moeda americana, que se desvalorizou, os 30% restantes acabaram crescendo, mesmo sem um novo endividamento. E também porque os juros da moratória foram capitalizados, contabilizados como aumento na dívida não registrada. Este débito, que em dezembro de 1985 era de US\$ 9,26 bilhões (CZ\$ 14,37 bilhões), passou para US\$ 9,28 bilhões (CZ\$ 14,40 bilhões) no mesmo mês em 1986 e para US\$ 13,75 bilhões (CZ\$ 21,34 bilhões) em dezembro do ano passado.